



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA CIVIL
SUBSECRETARIA DE RELACIONAMENTO COM MUNICÍPIOS

São Paulo, setembro de 2015.

Exmo. Senhor

Wagner Bento da Costa

Presidente da Câmara Municipal de Pariquera-Açu
Pariquera-Açu – SP

Protocolos n.º 45.300/15 e 47.884/15

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Fazemos referência ao Ofício n.º 0122/2015, de 17/03/2015, dirigido ao Governador Geraldo Alckmin, bem como ao Ofício n.º 0123, também de 17/03/2015, protocolizado nesta Secretaria de Estado da Casa Civil em 01/04/2015, por meio dos quais V. Exa. encaminha cópias da Moção n.º 0004/2015, de 11/03/2015, de sua própria autoria e subscrita por demais Vereadores dessa Câmara Municipal de Pariquera-Açu, solicitando a promoção do cumprimento do disposto nos Artigos 38 e 39 do Decreto Presidencial n.º 5.296/2004, que regulamenta as Leis n.º 10.048/2000 e 10.098/2000.

Consultamos a Secretaria Estadual de Governo, que se manifestou a respeito por intermédio do Expediente de 21/08/2015, da Agência de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, cuja cópia segue anexada a título de resposta.

Colocamo-nos à disposição e aproveitamos a oportunidade para enviar a V. Exa. os nossos respeitosos cumprimentos.

Atenciosamente,

Rubens E. Cury
Subsecretário da Casa Civil

REFERENTE A.	
<input checked="" type="checkbox"/> REQUERIMENTO	Nº 04/15
<input checked="" type="checkbox"/> MOÇÃO	
<input type="checkbox"/> OFÍCIO	
Encaminhado cópia ao(s) Vereador(es)	
WAGNER/ARNALDO	
EZEQUIEL JÚLIO	
LWZ	

SRM/psa

Ciente em 01/10/2015	
Leitura em Plenário	<input type="checkbox"/>
Arquivar	<input type="checkbox"/>
Afixar no Mural	<input type="checkbox"/>
Encaminhe-se:	
• Cópia ao(s) Vereador(es)	<input checked="" type="checkbox"/>
• Às Comissões	<input type="checkbox"/>
• À Diretoria Legislativa	<input checked="" type="checkbox"/>
• Ao Procurador Jurídico	<input type="checkbox"/>
• Ao Diretor de Contabilidade	<input type="checkbox"/>
• Ao Tesoureiro	<input type="checkbox"/>
• Ao Motorista	<input type="checkbox"/>
WAGNER BENTO DA COSTA	
Presidente	

Ilmo. Sr. Assessor Chefe

Assessoria Técnica de Governo - Secretaria de Governo

PROTOCOLADO	
290.694	
Folhas	Nome/Rubrica
33	P.B.

Em atenção ao Ofício SLT GS nº 209/2015, a Artesp esclarece que a gestora do Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal, amparada pelos Decretos nº 29.912/89 e 29.913/89 que tratam, respectivamente, do Serviço Intermunicipal de Transporte Coletivo por Fretamento e do Serviço Intermunicipal de Transporte Coletivo Regular (rodoviário e suburbano).

Informamos que os veículos operados no serviço regular suburbano devem possuir as seguintes características:

Todos os elementos de acesso, deslocamento interno, desembarque e comunicação visual interna e externa devem estar em conformidade aos critérios e conceitos previstos na norma ABNT NBR 14022, reconhecida como sendo de "aplicação compulsória" pelas empresas fabricantes, conforme a Resolução nº 14/2006 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, a partir de 16/Out/2008. A certificação desse atendimento é comprovada pela aplicação do "Selo de Identificação da Conformidade" (plaqueta) do INMETRO aplicado junto ao posto de comando.

Para os veículos fabricados até 15/Out/2008 (data anterior à vigência da norma ABNT NBR 14022), a adequação de acessibilidade deve estar em conformidade aos requisitos estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia-INMETRO, através do Regulamento Técnico da Qualidade (RTQ), aprovado e anexo à Portaria nº 260/2007, considerando, inclusive, as atualizações. A certificação desse atendimento é comprovada pela aplicação do "Selo Acessibilidade" pelos Organismos de Inspeção Acreditados (OIA) pelo INMETRO após aprovação no processo de inspeção.

Pelos termos da Portaria nº 292/2010 do INMETRO, os veículos fabricados entre 16/Out/2008 (vigência da norma ABNT NBR 14022) e 17/Dez/2010 também devem ser adequados pelos requisitos estabelecidos para a Acessibilidade Tipo 1 e serem inspecionados por Organismo de Inspeção Acreditado (OIA) se esses veículos não comprovarem as características de acessibilidade estabelecidas pelas normas ABNT NBR 14022 e ABNT NBR 15570. O atendimento aos requisitos de acessibilidade deve ser comprovado pela indicação do atendimento à(s) norma(s) ABNT NBR 14022 e 15570, no Documento Fiscal de aquisição do veículo ou em Declaração da Empresa Encarregadora.

O Artigo 5º da Portaria INMETRO nº 260/2007, estabelece que a instalação da plataforma elevatória veicular, nos veículos de características urbanas, ficará a critério dos Órgãos Gestores do sistema de transporte coletivo de passageiros, desde que as suas características construtivas originais permitam esta instalação, e que a mesma seja devidamente autorizada pelos fabricantes destes veículos.

A Portaria ARTESP nº 09/2010 prevê que sejam instaladas plataformas elevatórias veiculares em todos os ônibus e micro-ônibus de característica urbana cadastrados nesta agência, que atendam as especificações técnicas disposta no Anexo da Portaria INMETRO nº 260/2007, sem prejuízo das Adaptações de Acessibilidade tipos 1, 2 e 3 especificadas na mesma.

Os fabricantes dos ônibus, por motivos de segurança, não autorizam a instalação de plataforma elevatória em veículos usados, mas somente em veículos novos, projetados e construídos originalmente para receber tal equipamento.

No que tange aos veículos operados no serviço regular rodoviário, informamos que devem possuir as seguintes características:

Todos os elementos de acesso, deslocamento interno, desembarque e comunicação visual interna e externa devem estar em conformidade aos critérios e conceitos previstos na norma ABNT NBR 15320, reconhecida como sendo de "aplicação compulsória" pelas empresas

fabricantes, conforme a Resolução nº 04/2006 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, a partir de 01/Jan/2008. A certificação desse atendimento é comprovada pela aplicação do "Selo de Identificação da Conformidade (plaqueta)" do INMETRO aplicado junto ao posto de comando.

Para os veículos fabricados entre 01/Jan/1999 e 31/Dez/2008, a adequação de acessibilidade deve estar em conformidade aos requisitos estabelecidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, através dos regulamentos técnicos de avaliação da qualidade (RTQ) publicado pela Portaria nº 168/2008, considerando, inclusive, as atualizações. A certificação desse atendimento é comprovada pela aplicação do "Selo Acessibilidade" pelos Organismos de Inspeção Acreditados (OIA) pelo INMETRO após aprovação no processo de inspeção.

Para os veículos fabricados entre 01/Jan/2009 e 17/Dez/2010 também deve haver atendimento aos requisitos de acessibilidade contidos na Portaria nº 168/2008 do INMETRO e serem inspecionados por Organismo de Inspeção Acreditado (OIA), caso não sejam comprovadas as características de acessibilidade previstas na norma ABNT NBR 15320, conforme disposto na Portaria nº 290/2010 do INMETRO. O atendimento aos requisitos de acessibilidade deve ser comprovado pela indicação de atendimento à norma ABNT NBR 15320 e à Portaria INMETRO nº 168/2008, no Documento Fiscal de aquisição do veículo ou em Declaração da Empresa Encarregadora.

Conforme a norma ABNT NBR 15320, para o embarque e desembarque das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nos veículos com característica rodoviária deve-se utilizar um dos dispositivos, ou junção entre eles, para a transposição de fronteira contidos no item 5.2.1. A cadeira de transbordo é uma opção que deve ser disponibilizada nos terminais, estações rodoviárias e pontos de parada autorizados ao longo do trajeto do veículo.

Portanto, os veículos que não possuem atendimento aos requisitos de acessibilidade exigidos conforme o ano de fabricação e devidamente certificados pelo INMETRO, não são cadastrados no sistema regular de transporte coletivo de passageiros da Artesp.

Vale ressaltar que a Artesp está finalizando a revisão da Portaria nº 16/05 e do Manual Técnico Inspeção de Frota a fim de incluir os requisitos de acessibilidade e outras alterações, visando sempre o conforto e a segurança dos passageiros.

Além disso, a Agência está participando assiduamente das reuniões de Comissão de Estudo de Transporte com Acessibilidade (CE- 40:000.02) da ABNT para revisão da norma NBR 15320, juntamente com fabricantes de elevadores, fabricantes de chassis e carrocerias de veículos, órgãos gestores, pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, dentre outros, para encontrar soluções de acessibilidade nos veículos de característica rodoviária destinados ao transporte coletivo de passageiros, principalmente no que tange ao embarque e desembarque das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Em anexo (fls. 20 a 28) encaminhamos a relação de veículos cadastrados na Artesp da Viação Piracema de Transporte Ltda., Intersul Transportes e Turismo Ltda. e Expresso Princesa dos Campos S.A., com as devidas certificações do INMETRO.

ARTESP/OUV, 21 de agosto de 2015


Luana Schoenmaker

Ouvidoria